



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Federal

Acompanhamento de
Legislações

25 de maio de 2012
Edição 96

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fernando dos Santos Macêdo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

Índice:

Tributos

PROJETO DE LEI Nº3.868, DE 2012_____02

Dispõe sobre a isenção de IPI para laminados PET's.

PROJETO DE LEI Nº3.871, DE 2012_____04

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais, na forma que estabelece.

PROJETO DE LEI Nº3.877, DE 2012_____06

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos.

PROJETO DE LEI Nº156, DE 2012_____08

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.

Meio Ambiente

PROJETO DE LEI Nº3.894, DE 2012_____11

Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.

PROJETO DE LEI Nº155, DE 2012_____13

Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

PROJETO DE LEI Nº158, DE 2012_____17

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.

Rio + 20

PROJETO DE LEI Nº3.873, DE 2012_____20

Institui incentivo fiscal para projetos ambientais e projetos culturais e artísticos de conteúdo ecológico integrantes da programação da Conferência Internacional Rio+20.

PROJETO DE LEI Nº3.868, DE 2012

Eliseu Padilha - PMDB/RS

Dispõe sobre a isenção de IPI para laminados PET's.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os laminados PET's ficam isentos do pagamento de Imposto sobre Produto Industrializado – IPI, pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data de entrada em vigor desta lei, conforme regulamento.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, entende-se por laminados PET's aqueles classificados na NCM 3920.62.99.

Art. 2º. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no art. 1º e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao do cumprimento do disposto no art. 2º.

Justificativa:

O objetivo dessa isenção é estimular a indústria moveleira, que dependente das exportações e ainda não superou os impactos da crise financeira internacional iniciada em 2008.

Segundo dados do IBGE, o setor moveleiro nacional possui 15.459 empresas e emprega 293,3 mil funcionários. É o nono setor que mais emprega mão de obra no Brasil.

Contudo, o setor vem apresentando perdas desde o início da crise financeira, principalmente, nas exportações com mais de 30% de perda no valor exportado nos últimos anos.

Em 2011, com o pequeno crescimento econômico do Brasil, as indústrias enfrentaram mais um problema: a baixa demanda interna por móveis.

Como os móveis tem a mesma funcionalidade que a linha branca, a qual foi beneficiada com a isenção em alguns itens e outros com a redução de IPI, é razoável que seja concedida a redução do IPI também para o setor moveleiro.

Os laminados PET's tem a alíquota do IPI em 15%. Vale ressaltar que os laminados fenólicos de mesma aplicação tiveram a alíquota deste imposto reduzido de 10% para 5% em março de 2010 pelo Decreto 7.145, o que ocasionou uma concorrência tributária desleal entre produtos usados para a mesma finalidade.

A desoneração vai movimentar o setor, estimular a geração de emprego e diminuir a informalidade.

Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação desse projeto de lei.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2012

Deputado ELISEU PADILHA

PMDB/RS

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544697>

Data de Apresentação: 16/05/2012

Ementa: Dispõe sobre a isenção de IPI para laminados PET's.

Indexação: Prazo, isenção, IPI, laminado pet, Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi).

Tramitação:

16/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei n. 3868/2012, pelo Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), que:
"Dispõe sobre a isenção de IPI para laminados PET's".*

16/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 17/05/2012

PROJETO DE LEI Nº3.871, DE 2012

Dr. Jorge Silva - PDT/ES

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais, na forma que estabelece.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece hipótese de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos de uso misto, alocados ao transporte de trabalhadores rurais.

Art. 2º. Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos de uso misto, do tipo vans e kombis, de até 4.000 cm³ de cilindradas, classificados no código NCM 87.03 da Tabela do IPI (TIPI) aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 23 de dezembro de 2011, quando adquiridos por pessoas físicas devidamente registradas como produtores rurais, para utilização exclusiva no transporte de trabalhadores rurais contratados com observância da legislação trabalhista.

Art. 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil reconhecerá o direito à isenção mediante exame prévio do atendimento pelo interessado das exigências estabelecidas no artigo precedente.

Art. 4º A destinação dos veículos para atividades que não sejam específicas do transporte rural sujeita os adquirentes ao pagamento do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. No caso de comprovação de destinação diversa dos veículos adquiridos com isenção os adquirentes serão submetidos ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Muito embora à atividade rural seja concedido tratamento fiscal específico na área do Imposto de Renda, os pequenos produtores deste país sofrem com a falta de financiamentos, com a cobrança de juros altos e com a ocorrência de quebras constantes por mudanças climáticas.

Neste sentido, ao pequeno produtor sobram dívidas e trabalho e faltam oportunidades. E, no entanto, é de nosso perfil econômico o desenvolvimento da agricultura, sendo nossa a atribuição de garantir a alimentação consumida pela maior parte do mundo.

Embora muitos equipamentos e máquinas agrícolas estejam desonerados do IPI, com base no princípio da seletividade da tributação em função da essencialidade do bem, os veículos de uso misto, do tipo vans e kombis, alocados ao transporte de trabalhadores não estão, encarecendo e dificultando o exercício das atividades do setor.

Este projeto de lei pretende isentar do IPI os veículos mistos quando adquiridos por produtores rurais cadastrados e que sejam pessoas físicas, para transporte de seus trabalhadores legalmente contratados, como forma de estimular a produtividade de pequenos trabalhadores rurais.

Pela importância da matéria, estamos convictos do apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Dr. Jorge Silva

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544754>

Data de Apresentação: 16/05/2012

Ementa: Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais, na forma que estabelece.

Indexação: Alteração, Lei de Isenção do IPI para Compra de Automóveis, isenção, IPI, aquisição, veículo, transporte, trabalhador rural.

Tramitação:

16/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3871/2012, pelo Deputado Dr. Jorge Silva (PDT-ES), que: "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais, na forma que estabelece".

16/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 17/05/2012

PROJETO DE LEI Nº3.877, DE 2012

Irajá Abreu - PSD/TO

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei reduz a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre operações com suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

XIX – suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Nos últimos anos, várias medidas de redução da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foram aprovadas pelo Congresso Nacional. De um modo geral, essas alterações são uma forma de amenizar o forte aumento da arrecadação federal provocado pela instituição dos regimes não cumulativos das referidas contribuições, bem como pela instituição da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre importações.

Em especial, é de se destacar a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins efetuada pela Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que beneficiou, entre outras mercadorias, insumos agropecuários e produtos da cesta básica de alimentos. Todavia, há que se avançar na desoneração tributária de alguns setores.

O setor de suplementação alimentar animal é um deles. Os suplementos alimentares tem um peso elevado nos custos totais da produção pecuária. Nesse contexto, é fundamental a adoção de medidas que tendam a reduzir o preço desses insumos. Caso contrário, os produtores serão forçados a diminuir a utilização dos sobreditos produtos, o que pode trazer reflexos negativos para a produtividade da atividade e para a qualidade do produto.

Por essas razões, resolvi apresentar o presente projeto. Por meio dele, proponho a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos. A medida contribuirá para melhorar a qualidade dos produtos ofertados pelos pecuaristas e para reduzir o preço da carne e do leite consumidos pela população brasileira, visto que, por meio da redução da carga tributária que pesa sobre os citados suplementos minerais, reduzirá os custos de produção desses produtos rurais.

Tendo em vista os relevantes interesses de que se reveste esta proposição, espero contar com o apoio dos nobres Pares do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado IRAJÁ ABREU

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544820>

Data de Apresentação: 16/05/2012

Ementa: Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos.

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 10.925, de 2004.

Indexação: Alteração, legislação tributária federal, redução, alíquota, contribuição, PIS/Pasep, Cofins, suplemento, alimentação, bovino, caprino, ovino, bubalino, equino.

Tramitação:

16/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3877/2012, pelo Deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que: "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos".

16/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 17/05/2012

PROJETO DE LEI Nº156, DE 2012

Ciro Nogueira

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28

.....
XXXIII – produtos oriundos da piscicultura classificados nos códigos 03.02, 03.03 e 03.04 da TIPI.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X, XIII a XXXIII do caput deste artigo.

.....” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao cumprimento do disposto no art. 2º.

Justificativa:

Há décadas a aquicultura mundial apresenta índices médios anuais de crescimento que superam os da pesca extrativista, o que demonstra a sinalização do mercado em direção à produção em cativeiro como grande tendência, em razão dos abusos que fizeram com que os limites da pesca sustentável fossem extrapolados, colocando em sério perigo a sobrevivência de muitas espécies.

No Brasil, a piscicultura, atividade econômica integrante da aquicultura, apresenta-se como uma das mais promissoras explorações, tendo em vista o potencial da malha hidrográfica e do clima propício à criação das mais variadas espécies de peixes em cativeiro.

Com seus 8,4 mil km de costa litorânea e mais de 5 milhões de hectares mantidos apenas em reservatórios de água doce, o Brasil concentra todos os elementos para se consolidar entre os maiores produtores mundiais de peixes cultivados.

Para que a piscicultura realize todo o potencial que detém no País, faz-se fundamental maior apoio do Estado brasileiro. Esse apoio pode se exercer por meio de mais pesquisa e da disponibilização de mais centros produtores de alevinos, sem dúvida. Entretanto, a redução da carga tributária revela-se como elemento primordial de uma política de apoio ao setor. Assim, a desoneração da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes sobre as operações com produtos oriundos da piscicultura é um grande passo na direção do estabelecimento de inúmeros empreendimentos que serão responsáveis pela geração de empregos e distribuição de renda.

Pelos aspectos econômicos, sociais e ambientais ressaltados, apresento essa proposição, na certeza de contar com a sensibilidade tradicional do Senado Federal, objetivando também alcançar, por meio da redução da carga tributária sobre os produtos oriundos da piscicultura, maior crescimento sustentável para o meio rural.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105577

Data de Apresentação: 16/05/2012

Ementa: Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.

Explicação da ementa: Acresce inciso XXXIII ao art. 28 da Lei 10.865, de 2004, que “Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.”, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de produtos oriundos da piscicultura classificados nos códigos 03.02 (Peixes frescos ou refrigerados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes da posição 03.04), 03.03 (Peixes congelados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes da posição 03.04) e 03.04 (Filés de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados) da TIPI (Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados); faculta ao Poder Executivo regulamentar a redução prevista; dispõe que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal e o incluirá em demonstrativo que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei; determina que esta lei entre em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao cumprimento da estimativa do montante da renúncia fiscal pelo Poder Executivo.

Indexação: Projeto De Lei, Senado, Alteração, Acréscimo, Contribuição, (Pis-Pasep), (Cofins), Redução, Alíquota, Incidência, Receita Bruta, Venda, Mercado Interno, Produto, Piscicultura, Aquicultura, Classificação, Código, Peixe, (Tipi), Facultatividade, Executivo, Regulamentação, Estimativa, Renúncia, Natureza Fiscal, Inclusão, Demonstrativo, Projeto De Lei Orçamentária, Produção, Efeitos Legais, Exercício Financeiro Seguinte.

Tramitação:

16/05/2012 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 10 (dez) folhas numeradas e rubricadas.

16/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicação em 17/05/2012 no DSF Página(s): 19110 - 19111

17/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido na CRA nesta data.

Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.

18/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA:

primeiro dia: 18/05/2012

último dia: 24/05/2012.

PROJETO DE LEI Nº3.894, DE 2012

Onofre Santo Agostini - PSD/SC

Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.

O Congresso Nacional decreta:

“Art. 1 - Ficam isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/Pasep as aquisições de insumos e bens de capital necessários à pesquisa e à transformação dos polímeros em misturas que acelerem o processo de decomposição de produtos plásticos, especialmente o produto classificado na posição 390300 e suas subposições na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

Art. 2 - A isenção instituída no artigo anterior visa incentivar métodos mais sustentáveis para a produção de sacos de lixo, sacolas plásticas e outros derivados petroquímicos.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Justificativa:

A crescente vedação do uso de sacolas plásticas no comércio, mormente nos supermercados, suscita algumas preocupações de ambientalistas e de consumidores. Com a proibição das sacolas plásticas, as famílias terão de consumir mais sacos de lixo, visto que as sacolas tinham função de recipiente de detritos na maior parte das casas brasileiras. Esse aumento no consumo de sacos de lixo tende a produzir efeito nocivo ao meio ambiente. Os sacos de lixo tem parede mais grossa e resistente que as sacolas plásticas e, dessa forma, se decompõem ainda mais lentamente.

O perigo das falsas resinas biodegradáveis, já vendidas pelas grandes petroquímicas como “plástico biodegradável”, gera ainda mais preocupação na sociedade. Esses compostos utilizam misturas que seccionam o plástico em pequenas partículas. O que, a princípio, parece um plástico em decomposição é, na verdade, uma diminuição do tamanho das partículas. Essa fragmentação dos polímeros plásticos, inevitavelmente, contaminará o lençol freático e, conseqüentemente, a água que os brasileiros consomem.

No âmbito das alternativas existentes, as melhores opções são os polímeros misturados a amido de milho ou de mandioca. Desse modo, há necessidade de criar ambiente mais favorável à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos nacionais que realmente sejam biodegradáveis. A complexidade do setor petroquímico e plástico e os problemas encontrados nas opções de plástico biodegradável existentes urge o legislador a incentivar o complexo industrial brasileiro a encontrar soluções que posicionem o setor na vanguarda desse novo mercado. Portanto, para que a indústria nacional possa estar preparada à formulação de compostos plásticos mais adaptados às necessidades da contemporaneidade, faz-se mister que o Legislativo atue com intuito de fomento à pesquisa e à produção em larga escala de compostos biodegradáveis que substituam as partículas derivadas de petróleo.

Um dos mecanismos serventes ao incentivo é a desoneração tributária dos insumos e dos bens de capital utilizados na pesquisa e na transformação dos polímeros em misturas que acelerem o processo de decomposição de produtos plásticos, especialmente o produto polipropileno, classificado na posição 390300 e suas subposições na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Diante do exposto e por estar convicto da necessidade e da relevância desta medida, peço aos meus nobres pares o apoio e os votos necessários para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Deputado Onofre Santo Agostini PSD/SC

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=545188>

Data de Apresentação: 21/05/2012

Ementa: Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.

Indexação: Isenção, Cofins, Pis/Pasep, material plástico, biodegradável, saco, lixo, Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi).

Tramitação:

21/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3894/2012, pelo Deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), que: "Dispõe sobre a isenção de COFINS e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional."

21/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 22/05/2012

PROJETO DE LEI Nº155, DE 2012

Rodrigo Rollemberg

Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 13 a 16:

“Art. 4º

.....

§ 13. Após o vencimento da primeira prorrogação, fica vedada a prorrogação a título não oneroso das concessões de geração de energia elétrica.

§ 14. No caso de renovação a título oneroso da concessão de geração de energia elétrica, por prorrogação ou nova licitação, no mínimo cinco por cento da redução alcançada no preço será empregada no pagamento por serviços ambientais ou na recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

§ 15. Na hipótese do § 14, o preço final a ser pago ao concessionário será acrescido do percentual estabelecido para o pagamento por serviços ambientais ou para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

§ 16. Os recursos arrecadados na forma dos §§ 14 e 15 serão depositados, pelo concessionário, no Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e destinados ao pagamento por serviços ambientais e à recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.”

(NR)

Art. 3º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-A:

“Art. 16-A. Os contratos de renovação da concessão de geração de energia elétrica, por prorrogação ou nova licitação, deverão prever a obrigação do concessionário em atender ao disposto nos §§ 14 a 16 do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.”

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

Art. 5º

.....

§ 3º Os recursos arrecadados na forma dos §§ 14 a 16 do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, serão aplicados no pagamento por serviços ambientais e na recomposição da

cobertura vegetal em áreas de preservação permanente
riparias, conforme legislação específica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A necessidade de proteção do meio ambiente constitui amplo consenso nas sociedades modernas. Mais do que isso, juntamente com a justiça social e o crescimento econômico, a responsabilidade ambiental é uma componente indispensável de qualquer estratégia de desenvolvimento que se pretenda sustentável.

No Brasil não é diferente. Seja pela importância da preservação da biodiversidade, seja pela necessidade de prevenir e mitigar a mudança do clima, entre inúmeros outros motivos, a proteção do meio ambiente precisa estar inseparavelmente ligada à promoção do desenvolvimento.

Embora a legislação ambiental brasileira seja considerada uma das mais modernas do mundo, ela carece de mecanismos de implementação. Essa carência se dá, em alguma medida, pela ênfase atribuída aos instrumentos de comando e controle. Instrumentos econômicos de estímulo à proteção do meio ambiente são raros – virtualmente inexistentes – no ordenamento jurídico nacional.

Nesse contexto, o pagamento por serviços ambientais constitui um poderoso instrumento econômico para promover a proteção ambiental. A economia clássica tende a considerar como externalidade – positiva ou negativa – tudo que o atual estágio do conhecimento tem dificuldades em definir o respectivo preço. Historicamente, os danos ambientais causados pela atividade econômica sempre foram considerados externalidade negativa. Essa concepção atrasada não pode mais prevalecer.

Não há dúvida de que a geração de energia elétrica provoca, em maior ou menor grau a depender da tecnologia empregada, reflexos sobre o meio ambiente e consumo de recursos ambientais. Parece justo que aqueles que se beneficiam desses impactos arquem com os custos de suas práticas. Além disso, tendo em vista que o meio ambiente é o meio físico que permite e onde se desenvolvem as atividades econômicas, também parece justo que os beneficiários dessas atividades contribuam para a proteção ambiental.

No caso específico da geração hidrelétrica de energia, por exemplo, o insumo básico é a água. O fluxo de água para o reservatório depende, fundamentalmente, das precipitações e do grau de preservação ambiental da bacia hidrográfica, em especial das áreas de preservação permanente (APP) ripárias – ou seja, aquelas que margeiam os cursos d'água. Os serviços prestados pela natureza são essenciais para a garantia da qualidade e da quantidade de água no reservatório e, por conseguinte, para a continuidade da geração de energia.

Nesse contexto, mostra-se desejável que os concessionários de geração de energia e os próprios consumidores contribuam para a remuneração desses serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em APP ripárias.

Este é o objetivo do presente projeto de lei: criar um mecanismo que possibilite carrear recursos do setor elétrico para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em APP ripárias. O desafio é impedir que a arrecadação de recursos signifique aumento da conta de energia do consumidor final. Nesse contexto, a renovação das concessões de geração de energia elétrica constitui uma oportunidade ímpar.

Tendo em vista que, na maioria dos casos, os investimentos feitos pelas concessionárias estarão praticamente amortizados ao final do período de concessão, espera-se que sua renovação – seja por prorrogação, seja por nova licitação – proporcione a oportunidade para uma redução significativa do custo da energia.

Com este projeto de lei, destinamos percentual da redução desses custos para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em APP ripárias. Essa estratégia garante a promoção da modicidade tarifária – mediante a efetiva redução dos custos da energia – e a proteção ambiental. A geração de energia, a modicidade tarifária e proteção do meio ambiente passam, assim, a materializar o tripé que sustenta o desenvolvimento sustentável: crescimento econômico com justiça social e responsabilidade ambiental.

Cumpra observar, por fim, que essa iniciativa não institui mecanismo de subsídio cruzado. Não se pretende fazer com que uma parcela da população financie o bem-estar de outra parcela da população.

Tendo em vista que o sistema elétrico nacional é interligado, que a universalização do fornecimento de energia elétrica é uma meta cada dia mais próxima e que o meio ambiente nacional é um patrimônio de todos os brasileiros, a medida aqui proposta institui um mecanismo pelo qual toda a sociedade contribui para a proteção do meio ambiente, que é, em última instância, de todos.

Acreditamos que esta é uma importante iniciativa do Senado Federal no sentido de fornecer meios para a proteção do meio ambiente.

Contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para o aprimoramento e a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO ROLLEMBERG

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105566

Data de Apresentação: 15/05/2012

Ementa: Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias.

Explicação da ementa: Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797/89, para pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias (art. 1º). Acresce os §§ 13 a 16 ao art. 4º da Lei nº 9.074/95 (estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos) para dispor no § 13 que as concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água serão contratadas, prorrogadas ou outorgadas nos termos da mencionada Lei e da Lei nº 8.987/95 (dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal), e que após o vencimento da primeira prorrogação, é vedada a prorrogação a título não oneroso das concessões de geração de energia; prevê no § 14 que no caso de renovação a título oneroso da concessão de geração de energia elétrica, por prorrogação ou nova licitação, no mínimo 5% (cinco por cento) da redução alcançada no preço será empregada no pagamento por serviços ambientais ou na recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanentes ripárias; estabelece no § 15 que na hipótese do § 14, o preço final a ser pago ao concessionário será acrescido do percentual estabelecido para o pagamento por serviços ambientais ou para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação ripária; vincula no § 16 a arrecadação dos recursos pelos concessionários, na forma dos §§ 14 e 15, ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (art. 2º). Acresce o art. 16-A à Lei nº 9.427/96 (institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica) para dispor que os contratos de renovação da concessão de geração de energia elétrica, por prorrogação ou nova licitação, deverão prever a obrigação do concessionário em atender ao disposto nos §§ 14 a 16 do art. 4º da Lei nº 9.074/95 (art. 3º). Acresce § 3º ao art. 5º da Lei 7.797/89 para dispor que os recursos arrecadados na forma dos §§ 14 a 16 da Lei nº 9.074/95, serão aplicados no pagamento por serviços ambientais e na recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias, conforme legislação específica.

Indexação: Projeto De Lei, Senado, Destinação, Recursos Financeiros, Fundo Nacional, Meio Ambiente, Pagamento, Serviço, Reflorestamento, P Projeto De Lei, Senado, Preservação, Cobertura, Vegetação, Prorrogação, Concessão, Concessionária, Energia Elétrica, Renovação, Redução, Preço, Percentagem, Licitação, Desconto, Abatimento, Aplicação.

Tramitação:

15/05/2012 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 09 (nove) folhas numeradas e rubricadas.

15/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicação em 16/05/2012 no DSF Página(s): 18917 - 18921

16/05/2012 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Ação: Recebido na Comissão nesta data.

17/05/2012 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Matéria em fase de recebimento de emendas.

Prazo:

Primeiro dia: 17/05/2012

Último dia: 23/05/2012

24/05/2012 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

24/05/2012 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senador João Capiberibe, distribuo o presente projeto.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão

PROJETO DE LEI Nº158, DE 2012

Ciro Nogueira

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.

Art. 2º A Seção II do Capítulo II do Título I da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

“Art. 17-A. O pedido de patente de invenção referente a tecnologias verdes terá prioridade sobre os demais pedidos, conforme regulamento.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por tecnologias verdes aquelas que promovam o uso racional dos recursos ambientais, ou estejam alinhadas com os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º A lista das tecnologias verdes será elaborada e periodicamente revista pelo órgão federal competente, com base em diretrizes fixadas pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).”

Art. 3º O caput do art. 19 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 19.

.....

VII – solicitação de exame técnico preliminar sobre o enquadramento no disposto no art. 17-A desta Lei, quando couber.” (NR)

Art. 4º O art. 30 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º a 6º:

“Art. 30.

.....

§ 4º O exame técnico preliminar previsto no inciso VI do art. 19 desta Lei será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação do pedido.

§ 5º Rejeitada a solicitação prevista no inciso VI do art. 19 desta Lei, o pedido de patente seguirá o procedimento ordinário estabelecido nesta Lei.

§ 6º No caso previsto no art. 17-A desta Lei, o prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser reduzido ou

eliminado, a critério do órgão federal competente, a requerimento do depositante.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

As estratégias modernas de desenvolvimento não podem considerar apenas variáveis econômicas, deixando de lado a responsabilidade ambiental e a inclusão social. A continuidade do crescimento econômico está cada vez mais ameaçada pelos limites físicos e ambientais do planeta.

A mudança do clima se apresenta como um dos maiores desafios já enfrentados pela humanidade. Os Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento e para o Meio Ambiente classificam o fenômeno como a maior ameaça ao desenvolvimento humano nas próximas décadas.

A inovação tecnológica desempenha papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável. Ao possibilitar ganhos de produtividade, o emprego de novos processos, novas técnicas e novos produtos pode induzir o crescimento econômico aliado a preocupações ambientais e sociais.

Nesse contexto, ganha relevo a necessidade de se desenvolver e difundir tecnologias que promovam o uso racional dos recursos ambientais e a redução das emissões de gases de efeito estufa. Para tanto, o Estado tem o dever de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento voltado para tecnologias verdes. Esse esforço de pesquisa deve reunir iniciativas do poder público, mas, principalmente, do setor privado.

Um dos principais instrumentos de estímulo à inovação tecnológica é a garantia dos direitos de propriedade intelectual. Por meio desses direitos, o inventor pode usufruir de um benefício econômico que recompense devidamente o seu esforço de pesquisa e inovação. No Brasil, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, regulou a proteção e o exercício desses direitos.

Sensível à necessidade de acelerar o processo de exame dos pedidos de patentes de tecnologias voltadas para o uso racional dos recursos ambientais, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial lançou recentemente um projeto piloto destinado a agilizar o registro de patentes verdes.

Ao oferecermos esta proposição, nosso objetivo é formalizar o arcabouço jurídico necessário para a condução e o aprofundamento desse projeto piloto, de modo que ele possa vir a desempenhar o papel fundamental a que parece destinado. Contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para o aprimoramento e a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105590

Data de Apresentação: 16/05/2012

Ementa: Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.

Explicação da ementa: Altera a Lei nº 9.279/1996 “que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial” para dispor que o pedido de patente de invenção referente a tecnologias verdes terá prioridade

sobre o demais pedidos. Define que, para os efeitos desta Lei, entende-se por tecnologias verdes aquelas que promovam o uso racional dos recursos ambientais, ou estejam alinhadas com os objetivos da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, instituída pela Lei nº 12.187/2009.

Indexação: Projeto De Lei, Senado, Alteração, Acréscimo, Código De Propriedade Industrial, Pedido, Patente De Invenção, Tecnologia, Promoção, Utilização, Racionamento, Recursos Ambientais, Política Nacional, Clima, Prioridade, (Ompi).

Tramitação:

16/05/2012 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 07 (sete) folhas numeradas e rubricadas.

16/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

***** Retificado em 21/05/2012 *****

Onde se lê:

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Leia-se:

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicação em 17/05/2012 no DSF Página(s): 19116 - 19118

17/05/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Recebido na CMA nesta data.

Aguardando a abertura do prazo para recebimento de emendas ao Projeto.

21/05/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aberto prazo para apresentação de emendas

Primeiro dia: 18/05/2012

Último dia: 24/05/2012

PROJETO DE LEI Nº3.873, DE 2012

Márcio Macêdo - PT/SE

Institui incentivo fiscal para projetos ambientais e projetos culturais e artísticos de conteúdo ecológico integrantes da programação da Conferência Internacional Rio+20.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído incentivo fiscal para patrocínio de projetos ambientais e para projetos culturais e artísticos de conteúdo ecológico integrantes da programação da Conferência Rio+20.

Parágrafo Único. As pessoas jurídicas poderão deduzir até 20% (vinte por cento) do valor devido relativo ao Imposto de Renda e 8% (oito por cento) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devida à União para o patrocínio desses projetos, até o limite de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por pessoa jurídica e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por projeto ou cota de patrocínio de projeto.

Art. 2º O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e nos arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º O benefício instituído por esta lei cessará no mês de agosto de 2012.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

O Brasil mais uma vez sedia uma conferência mundial sobre meio ambiente. Realizamos, com enorme sucesso, a Rio 92, também conhecida como a Cúpula da Terra, até então a maior conferência já realizada pelas Nações Unidas.

Vinte anos depois os olhos do mundo inteiro se voltam novamente para o Brasil, anfitrião que será de delegações de todos os cantos do Planeta para a Rio+20, o grande evento internacional deste começo de século para tratar do Desenvolvimento Sustentável.

As decisões que serão tomadas nesta Conferência pelos líderes mundiais serão de extrema importância para o futuro do planeta e, evidentemente, para a vida e para a cultura.

Ainda há muito a fazer no cenário socioambiental mundial e as novas realizações certamente dependerão de grandes acordos políticos e econômicos. Na pauta da Rio+20 estão os debates sobre padrões de produção e consumo, economia verde, governança global e mudanças climáticas, dentre muitos outros assuntos.

Num evento desse porte, muitas atividades serão desenvolvidas e muitos projetos voltados para o meio ambiente serão apresentados. Devido à importância do evento e o destaque que a Rio+20 terá no mundo inteiro será muito importante para o Brasil a criação de incentivo fiscal que ajude a viabilizar os projetos culturais e artísticos, de conteúdo voltado para o meio ambiente, que projetarão ainda mais a imagem de nosso País no mundo inteiro.

Pensando na repercussão mundial que um evento como a Rio+20 terá, apresento este projeto, que tem como objetivo conceder incentivos fiscais para projetos ambientais e projetos culturais e artísticos de conteúdo ecológico integrantes da programação da Conferência Internacional Rio+20, como forma de estimular, apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e artísticas, voltado para o meio ambiente. A sociedade precisa ter em mente que o meio ambiente é um bem de todos e que infelizmente é passível de destruição. No estágio em que se encontram os recursos naturais, devido às destruições já

causadas e todos os danos irreversíveis que já fazem parte da vida, se faz necessária a conscientização da sociedade e de seus gestores de que já passou da hora de serem tomadas medidas mais eficazes nessa luta pelo combate à poluição e devastação dos bens ambientais. O meio ambiente é hoje o tema de maior importância na sociedade, pois, é interligado a uma boa condição de vida, à saúde, alimentação e desenvolvimento social e, além disso, da garantia de uma vida decente às futuras gerações. Assim, acredito que a isenção de impostos para os projetos voltados para o meio ambiente, apresentados na Rio+20, é uma das formas de incentivar e apoiar a cultura. O projeto está compatível com a legislação financeira em vigor, em especial com: (a) Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); (b) Lei nº 12.593 de 18.01.2011; (c) Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (LDO/2012), (d) Lei nº 12.465 de 12.08.2011; (e) Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012 (LOA/2012); (f) Lei 12.595/11, de 19.01.2012 e; (g) Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/00, nos termos dos arts. 14, 17 e 24, dentre outras normas financeiras, conforme o objeto da proposição. Peço apoio dos meus Pares para aprovação deste projeto. Aliás, ela serve de estímulo para que o Poder Executivo possa sensibilizado, emanar uma Medida provisória com tal teor, face de urgência e relevância do tema. De qualquer modo, conto, inclusive, com apoio dos nobres Líderes neste Parlamento para solicitação de urgência e prioridade na tramitação.

Sala das Sessões,

Deputado Márcio Macêdo

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544765>

Data de Apresentação: 16/05/2012

Ementa: Institui incentivo fiscal para projetos ambientais e projetos culturais e artísticos de conteúdo ecológico integrantes da programação da Conferência Internacional Rio+20.

Indexação: Incentivo fiscal, pessoa jurídica, dedução, imposto devido, patrocínio, projeto, matéria ambiental, projeto cultural, projeto artístico, conteúdo, ecologia.

Tramitação:

16/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3873/2012, pelo Deputado Márcio Macêdo (PT-SE), que: "Institui incentivo fiscal para projetos ambientais e projetos culturais e artísticos de conteúdo ecológico integrantes da programação da Conferência Internacional Rio+20".

16/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 17/05/2012